

REGULAMENTO DO OBSERVATÓRIO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

De acordo com o Plano Estratégico apresentado ao Conselho Geral da Universidade da Madeira (UMa) ficou estabelecida a constituição de um Observatório de Emprego dos diplomados da UMa com vista ao acompanhamento do emprego em termos quantitativos e qualitativos, tendo em conta a evolução das qualificações de modo a avaliar o impacto sectorial e regional, bem como a eficácia dos instrumentos de política interna da UMa no que concerne ao emprego e formação profissional.

Os processos de modernização e reestruturação, o desenvolvimento tecnológico e organizacional, os desajustamentos entre a oferta e a procura de emprego, de qualificações e de formações, os dados sobre a empregabilidade e o empreendedorismo tornam fundamental uma instância de análise e de aconselhamento centrada nos problemas de emprego e de formação dos diplomados da UMa.

Capítulo I

Objecto e criação

Artigo 1.º

Objecto

O presente regulamento estabelece regras de actuação do Observatório de Emprego e Formação Profissional da UMa.

Artigo 2.º

Criação

1. É criado o Observatório de Emprego e Formação Profissional da UMa, adiante designado de OE-UMa.

2. O OE-UMa é um organismo de aconselhamento da universidade destinado a analisar e a propor soluções de problemas de emprego e de formação profissional.

Capítulo II

Objectivos e estrutura

Artigo 3.º

Objectivos

São objectivos do OE-UMa:

- a. Contribuir para o diagnóstico, prevenção e solução de problemas de emprego e formação profissional, nomeadamente os referentes a desequilíbrios entre a procura e a oferta, qualidade e estabilidade de emprego, qualificações, inserção e reinserção socioprofissionais, necessidades de formação, inovações e reestruturações;
- b. Acompanhar e avaliar as medidas e programas de acção da UMa, na sua área de intervenção.
- c. Com os mesmos objectivos o OE-UMa deverá estabelecer uma relação de proximidade com outras entidades internacionais, nacionais, regionais e locais.

Artigo 4.º

Estrutura de suporte

O OE-UMa terá como estrutura de suporte o Gabinete de Avaliação e Qualidade (GAQ) da UMa.

Capítulo III

Coordenação e composição

Artigo 5.º

Coordenação

O OE-UMa é presidido por um doutorado da UMa, nomeado pelo Reitor, que assegura a preparação das respectivas reuniões e coordena o seu funcionamento.

Artigo 6.º

Composição

Integram o OE-UMa:

- a. O Presidente do OE-UMa;
- b. Um representante dos Presidentes dos Colégios Universitário e Politécnico;
- c. Um representante dos Presidentes dos Centros de Competência;
- d. O Responsável, na UMa, pela Unidade de Inserção na Vida Activa (UNIVA);
- e. Um representante da Associação de Antigos Alunos da UMa;
- f. Um representante da Associação Académica da UMa;
- g. O Conselho integrará ainda seis individualidades externas a convite do Reitor e que sejam representativas, em particular, dos parceiros sociais, das entidades públicas e do mundo empresarial.

Artigo 7.º

Designação dos membros

1. Os membros do OE-UMa referidos nas alíneas b., c., e. e f. do artigo anterior são designados por despacho do Reitor, sob proposta das entidades que representam.
2. Os membros do OE-UMa referidos na alínea g. são convidados pelo Reitor e por ele directamente designados por despacho.
3. Quando os assuntos a tratar o justifiquem, poderão ser convidados a tomar parte nas reuniões, a título consultivo, outras entidades que o OE-UMa entenda.

Capítulo III

Competências

Artigo 8.º

Competências

São competências do OE-UMa, no plano de actividades a apresentar:

- a. Promover a realização de estudos e outras iniciativas no âmbito da sua área de intervenção;
- b. Emitir pareceres e formular propostas que tiver por convenientes ou que lhe forem solicitadas;

- c. Produzir um relatório anual com a informação sobre os dados do emprego dos estudantes da UMa, tendo como base os níveis de empregabilidade e melhoramento profissional.

Capítulo IV

Funcionamento e financiamento

Artigo 9.º

Funcionamento

Serão efectivadas quatro reuniões ordinárias, anualmente, numa das quais será aprovado o plano de actividades e o relatório anual a que se refere a alínea c. do artigo 8º.

Artigo 10.º

Financiamento

1. O financiamento do OE-UMa, será suportado pela UMa e por outros fundos, nomeadamente fundos comunitários, através da UMa.
2. O OE-UMa disporá de uma dotação anual atribuída pela UMa destinada a garantir o seu funcionamento.

Capítulo V

Disposições Finais

Artigo 11.º

Regimento

O regimento do OE-UMa será aprovado por despacho do Reitor, sob proposta do OE-UMa.

Artigo 12.º

Alterações

Qualquer alteração do presente regulamento é da competência do Conselho Geral da UMa, sob proposta do Reitor.

Artigo 13.º

Omissões

Os casos omissos serão decididos por despacho do Reitor, ouvido o Presidente do Conselho Geral.

Artigo 14.º

Entrada em Vigor

O presente regulamento entra em vigor com a sua aprovação no Conselho Geral da UMa.